

Serra mantém programas e reduz obras

Ministério da Saúde rejeitará pedidos de parlamentares para hospitais, mas preservará o combate a doenças e verbas municipais

João Pitella Jr.
Da equipe do **Correio**

As emendas de parlamentares ao Orçamento Geral da União, pedindo a construção, ampliação ou reforma de hospitais e postos de atendimento são as primeiras vítimas já definidas dos cortes na área de saúde. A ordem do ministro José Serra é evitar essas despesas com novas obras para não tocar nos programas de prevenção da dengue e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). E preservar, também, o Piso de Atenção Básica (PIB), que deu às prefeituras, desde dezembro de 1997, o poder de usar como quiserem os seus repasses para a saúde.

O secretário-executivo do Ministério, Barjas Negri, está fazendo um levantamento das emendas que serão cortadas por causa da crise econômica. O anúncio acontecerá até o final desta semana.

Negri informou, por intermédio de sua assessoria, que os pedidos de parlamentares para novas obras nos hospitais não estão sendo atendidos. Em contrapartida, garantiu que programas como o da dengue e o de combate à Aids não serão afetados. Também serão mantidos os recursos para a compra de remédios e vacinas.

Serra vem ressaltando, em suas entrevistas, que não haverá cortes que possam prejudicar diretamente a população. "Quando voltou a haver dengue em alguns estados, a causa foi o corte de verbas", lembra o ministro.

Apostando no seu cacife político junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso, Serra deu a entender, em suas últimas declarações, que a Saúde não precisará diminuir tanto os seus gastos quanto o resto do governo.

Além do prestígio no Palácio do Planalto, Serra conta com um dinheiro certo nos cofres do ministério: até o final do ano, vão entrar R\$ 350 milhões porque o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, depois de muita polêmica, que não vai haver o repasse, ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), de 20% do que

for arrecadado com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Como Serra fez um pedido de suplementação orçamentária de R\$ 600 milhões, ele ainda espera receber os outros R\$ 250 milhões até dezembro.

Os prefeitos aliados ao governo vão ficar sem as obras nos centros de saúde que os seus parlamentares pediram. Mas, em compensação, o governo não vai mexer num dos programas que mais vêm agradando os municípios desde dezembro de 1997, o Piso de Atenção Básica. O PAB, que já abrange 4.395 cidades (84,71% do total), consiste no repasse de R\$ 10, às prefeituras, por cada habitante.

O dinheiro do PAB é administrado diretamente pelas prefeituras e a aplicação dos recursos é fiscalizada pelos Conselhos Municipais de Saúde. O dinheiro tem que ser aplicado apenas nos atendimentos de clínica geral, ginecologia e pediatria.

Os governos estaduais continuam responsáveis pelos gastos com internações, próteses, medicamentos especiais, exames de laboratório e casos mais graves, como cirurgias cardíacas, transplante e tratamentos de câncer.

Só em outubro, foram distribuídos R\$ 365 milhões do PAB em todo o Brasil. O município paraense de Água Azul do Norte, por exemplo, recebe R\$ 231 mil (ou seja, R\$ 10 para cada um dos 23,1 mil habitantes) como parte do PAB, e outros R\$ 612 mil referentes aos gastos com os demais atendimentos de saúde. O programa está mais adiantado na região Centro-Oeste, onde chega a 413 municípios (93,7% do total). O menor índice é na região Norte: 349 cidades (77,7%).

Apesar das ameaças, até agora não houve cortes nas verbas da saúde por causa da crise econômica. Segundo a assessoria do ministério, só houve casos isolados de cidades que deixaram de receber repasses porque as prefeituras não entregaram ao governo a prestação de contas do uso do dinheiro.

No Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde estima uma economia de

Wanderlei Pozzembom 3-9-98



Cacife político: confiante na sua amizade com Fernando Henrique, Serra acha que a Saúde sofrerá menos cortes

R\$ 20,8 milhões no gasto com serviços de manutenção dos 14 hospitais federais do estado, apenas com a mudança nos editais de contratação desses serviços.

A previsão é da gerente-geral do ministério no Rio, Ana Tereza da Silva, que já alterou o edital de pres-

tação de serviços de vigilância. De amanhã a sexta-feira, vai lançar outros dois editais com novas regras para a compra de gases medicinais e trabalhos de faxina.

O edital já reformulado proporcionará uma economia de R\$ 3,5 milhões, nos cálculos de Ana Tere-

za. A economia com a compra de gases será de R\$ 6,2 milhões; com faxina, de R\$ 5,6 milhões. O ministério ainda vai lançar na semana que vem a reformulação das normas do edital para a manutenção predial, para deixar de gastar R\$ 5,5 milhões.